

O Jornalismo e a crise da objetividade burguesa

Adelmo Genro Filho

Atualmente, o ponto central das discussões em torno do jornalismo tem sido a chamada “questão da objetividade da informação”. Segundo a concepção acadêmica em voga, sempre reprisada nas escolas de Comunicação Social, ao transmitir uma informação, o jornalista deve despir-se de seu subjetivismo e apenas relatar fatos. A meta do profissional honesto, seria a elaboração de informações totalmente isentas de opinião ou juízo de valor. Mas, justiça seja feita aos acadêmicos, muitos chegam a admitir que a isenção total é impossível devido ao envolvimento do jornalista que, para a nossa tranqüilidade, “também é um ser humano”.

Ao resultado desse esforço para a omissão, normalmente chamam de “informação objetiva”. O presente trabalho não pretende seguir o rastro dessa discussão acadêmica de “se é possível” ao jornalista a imparcialidade ou, como preferem alguns, a isenção de subjetividade. Simplesmente, porque não tem sentido discutir o sexo dos anjos ou a possibilidade da informação imparcial. Em primeiro lugar, o conceito de opinião precisa ser recolocado. Ele indica exatamente aquela margem de incerteza do homem no processo de conhecimento.

Ou em outras palavras, “espaço” de relatividade reservado a cada apreensão parcial da realidade, de parte de indivíduo inserido num determinado contexto histórico e social. Relatividade essa, condicionada pelo caráter sempre incompleto do conhecimento, que possibilita e condiciona-a como forma de totalização que se caracteriza por ser intuitiva, não sistemática e estruturada a partir de condicionamento de classe. Então, colocar a questão da possibilidade do jornalista evitar a opinião na captação e transmissão da realidade, como se a opinião fosse alguma coisa estranha a esse processo, é falsificá-la antes de qualquer tentativa de solução. Tal tipo de “objetividade” exigiria não só critérios extra-sociais, mas também homens extra-critérios – deuses –, que tivessem referenciais absolutos.

A solução do problema não é encarar a opinião como uma “impureza” do conhecimento ou da apreensão dos fatos que ocorrem na realidade natural e social. E sim, compreendê-la como parte integrante do conhecimento, e conseqüentemente, das informações que são transmitidas por qualquer homem. Isso, naturalmente não

se refere ao problema da adjetivação ou qualquer outra questão formal. Não cabe à ninguém, nem mesmo ao jornalista, dizer que tal coisa é “boa” ou “má”, apenas porque isso não é necessário. A opinião está sempre implícita na formulação abstrata que o homem faz de um fenômeno no seu cérebro, para entendê-lo e transmiti-lo, porque a opinião é componente indispensável dessa formulação.

Tomando o termo objetividade como sinônimo de verdade, criou-se uma verdadeira confusão semântica, mas que tem raízes bem mais profundas. Essa confusão é produto de uma separação radical entre o subjetivo e o objetivo. Cada um desses pólos foi tomado como independente e auto-suficiente, numa existência contraditória sem nenhuma unidade, numa mera contradição lógico-formal. Então, informação objetiva passou a ser aquela que supostamente “se atém exclusivamente aos fatos”, enquanto que informação subjetiva passou a significar uma adição: os fatos, mais opinião pessoal. Como se as coisas fossem tão simples. Como se apreensão dos fatos e a formulação abstrata deles na cabeça do homem, por si só, já não fosse um processo subjetivo. Como se fosse possível ao homem entender (ou apreender) alguma coisa sem totalizar a partir de conceitos pré-existentes, nos quais a realidade adquire “sentido”, numa complexa atividade subjetiva.

Se é certo que os fatos são objetivos, e precisamos partir desde postulado, não se pode daí deduzir que neles esteja inscrito um significado idêntico para o conjunto da sociedade, das classes que ela contém, e para a própria diversidade dos grupos sociais que a compõem.

Nesse ponto, entramos numa questão importante para o desenvolvimento ultei-

ror do assunto. Trata-se do chamado “caráter de classe” da verdade. Embora esse conceito desvenda um aspecto importante do conhecimento, é simplista na medida que universaliza demais e parece fechar as portas para qualquer reflexão posterior. De início, é preciso dizer que o caráter de classe da verdade não significa um total relativismo do conhecimento em função dos interesses ou da estrutura de classe da sociedade. É o caráter incompleto do conhecimento que exige a totalização ideológica que, numa sociedade de classe, pressupõe diversidades de ideologias e a participação de critérios ideológicos na composição da verdade.

A ciência, por exemplo, que representa a forma mais universalizada do conhecimento, não está totalmente apartada da ideologia. Embora as necessidades práticas condicionem uma constante tendência à uniformização de seus resultados, o caráter ideológico manifesta-se claramente nas ciências sociais e na filosofia.

A arte, como forma de conhecimento que se cristaliza na categoria que Lukacs definiu como particular, por seus laços mais indiretos com a realidade objetiva imediata, é que mais permite falsificação. É a forma mais livre de totalização ideológica¹ entre as formas de conhecimento.

O jornalismo, que se define como reflexo tipicamente singularizado, está intimamente ligado à realidade imediata. Mas, se por um lado a margem da ideologia fica reduzida pela necessidade de manter os laços com o real imediato, por outro lado, o fato singular só adquire sentido num contexto particular e universal, que precisa ser posto, ou seja, apreendido subjetivamente por um processo que dá vasta margem à ideologia. Numa estruturação inversa a que ocorre na arte – que singulariza livre-

¹Essa totalização ideológica não implica que o fenômeno estético se reduza a ela. A arte não se resume à ideologia embora necessariamente vá manifestá-la em qualquer obra. É a estruturação do estético que vai delinear o conteúdo ideológico na arte.

mente em busca de um reflexo particular e universal da realidade – o jornalismo para refletir as mesmas categorias da mesma realidade, trata com singulares reais e neles cristaliza idéias, juízos e opiniões particulares e universais. A origem da confusão semântica da “objetividade” está no processo ideológico da sociedade burguesa contemporânea. Na verdade, quando se diz que uma informação objetiva “se atém exclusivamente aos fatos”, está implícito um determinado critério de elaboração mental baseado na ideologia burguesa. “Atrás de um jornalista tradicional há muito mais do que uma postura”. O conceito de “informação objetiva” pressupõe um emissor alienado, produto do sistema ao qual deverá servir sem reflexões críticas.

Quando se descobre o verdadeiro significado da “pedra de toque” do jornalismo acadêmico, que leva o nome de “objetividade”, passa a ser evidente a necessidade de um novo caminho. Quando se desvenda o conteúdo político, conservador e passivo da “informação objetiva”, tal como é definida em termos acadêmicos, surge como imperiosa a necessidade de recolocar a questão em busca de uma “nova objetividade”, como opção política e cultural do jornalismo, mas antes de tudo, do homem desalienado. A “nova objetividade” exige a compreensão de que há uma relação dialética entre sujeito e objeto na captação do fato que será transmitido para então o sujeito portar-se como tal; para que o jornalista assuma sua humanidade.

Mesmo para apreender os fatos “tais como são” entra em jogo uma complexa elaboração mental e uma perspectiva, uma opção histórica ou a-histórica, feita consciente ou inconscientemente. A infor-

mação objetiva que surge pretensamente como “simples relato”, indica mais do que ingenuidade do emissor, é reflexo da crise ideológica burguesa que, na etapa atual, pelo aguçamento das contradições do sistema, precisa ser omitida enquanto referência explícita².

Para qualquer homem existem no mínimo duas “objetividades”, sempre contendo uma forma de opinião identificada com classes ou grupos sociais. E para o jornalista, com sua função especial de informação coletiva, a opção por uma ou outras traz grandes conseqüências sociais. Basicamente, podem ser diferenciadas em duas: a objetividade daqueles que totalizam os fatos a partir de uma sociedade supostamente imutável e assim colaboram com a imobilidade social; e a objetividade daqueles que entendem e captam os acontecimentos dentro de uma concepção dinâmica da sociedade, organizada numa perspectiva histórica. E mais do que isso, são solidários com o movimento social.

Sobre o texto

Publicado originalmente no Diário de Notícias, em 27 de julho de 1975.

Adelmo Genro Filho

Adelmo Genro Filho (1951-1988) foi jornalista, Mestre em Ciências Sociais, professor do Curso de Jornalismo da UFSC e autor de sete livros, entre os quais *O Segredo da Pirâmide*: para uma Teoria Marxista do Jornalismo, disponível, com mais dados sobre sua vida e obra, no site www.adelmo.com.br

²É preciso ter claro, que encarar os fatos baseado no “senso comum” é encará-los de forma burguesa. Só a criticidade permite a superação dos conceitos estabelecidos, que a sociedade impõe “naturalmente” aos indivíduos, naquele processo que é definido em sociologia como “socialização”.